

Capítulo 4

O adjetivo na aquisição da linguagem

4.1- Aquisição de nomes e adjetivos

Neste capítulo, relata-se uma série de estudos psicolinguísticos da aquisição da linguagem, os quais investigam como a análise do material linguístico pela criança resulta na identificação das propriedades da língua que está sendo adquirida. Mais especificamente, reportam-se resultados de estudos (em sua maioria sobre aquisição do inglês) conduzidos com crianças em torno dos dois primeiros anos de vida, as quais não se expressam ainda por meio linguístico, ou não o fazem de forma fluente. Não obstante, são capazes de processar a fala à sua volta, de tal modo que as informações relevantes sobre as propriedades específicas da língua se tornam acessíveis a elas. Destaca-se a delimitação de categorias gramaticais e lexicais, bem como o uso de distintas fontes de informação na aquisição do léxico, enquanto meios fundamentais para que a criança se insira na sintaxe da língua, tornando-se capaz de se expressar por meio de enunciados gramaticalmente bem construídos.

Waxman (2006) considera que a criança, para identificar novas palavras e distinguir diferentes formas gramaticais (categorias), deve conjugar uma capacidade linguística com uma habilidade conceptual para apreciar diferentes tipos de relações entre objetos. A partir do reconhecimento de uma unidade linguística relevante – item do léxico – e de uma unidade conceptual relevante – entidade – a criança faria o mapeamento entre a unidade linguística e a conceptual. Entretanto, afirma a autora:

[...] a aprendizagem de palavras implica muito mais do que o mero mapeamento de uma dada palavra (por exemplo: “coelho”) com o referente pretendido (por exemplo: “o coelho que está correndo para trás da cerca”). A criança deve ser capaz de estender aquela palavra, de maneira apropriada e sistemática, a outros indivíduos, mesmo que não tenham sido vistos ou nomeados (por exemplo: “outros coelhos”). (op. cit., p. 136)

A criança deverá ser capaz, então, de estabelecer inferências, as quais lhe permitam ir além da correspondência palavra-objeto. E, para estabelecer essas relações abstratas, as expectativas da criança devem estar embasadas nas possíveis extensões de uma determinada palavra nova. Como, então, a criança reconhece os diferentes tipos de unidades lingüísticas no fluxo contínuo da fala?

Pesquisas no âmbito da Psicolingüística revelam que as expectativas de crianças quanto à extensão de uma nova palavra são guiadas por sua forma gramatical (Hall & Lavin, 2004; Waxman, 1998). Estudos conduzidos com crianças adquirindo o inglês (Waxman, 1999) sugerem que, aos 13 meses, a criança é capaz de relacionar uma nova palavra a uma determinada categoria (Nome, Adjetivo) em função do modo como essa palavra lhe é apresentada (com propriedades morfofonológicas distintas). Em experimentos posteriores, Waxman & Booth (2001) obtiveram resultados ainda mais expressivos, compatíveis com a hipótese de que a apresentação de objetos por nomeação (*This is a blicket*) ou por meio de uma construção com adjetivo (*This one is blickish*) guia a atenção da criança para a identificação de categoria (nome) ou de propriedade (adjetivo).

A relevância da percepção de informação morfológica relativa a afixos derivacionais (como em “*blickish*”), para a delimitação de nomes versus adjetivos, se explica pela especificidade dessas formas presas no que diz respeito à distinção de categorias lexicais⁵⁴.

Em outro estudo conduzido com crianças adquirindo o inglês, Mintz & Gleitman (2002) encontraram resultados convergentes com a hipótese de que as crianças estendem sistematicamente os adjetivos a propriedades de objetos. Foram realizados experimentos em que novos adjetivos foram apresentados precedendo um nome (*the stoof horse*), pronome (*the stoof one*) ou “nome genérico” (*the stoof thing*). Crianças de 24 a 36 meses revelaram mais facilidade em mapear um novo

⁵⁴ Basílio (2006:10) afirma que “a expansão lexical é efetuada, sobretudo, pelos processos de formação de palavras, que são fórmulas padronizadas de construção de novas palavras a partir de material já existente no léxico. Por meio desses padrões, podemos formar ou captar a estrutura de palavras e, portanto, adquirir palavras que já existiam, mas que não conhecíamos anteriormente”.

adjetivo como propriedade de um objeto na condição nome, o que sugere ser necessária a identificação desta categoria para a atribuição de propriedade ao objeto, quando não há informação proveniente de afixos derivacionais relativos a adjetivos. Desse modo, o estabelecimento de um vínculo entre a forma gramatical adjetivo e seu significado representa uma etapa subsequente no desenvolvimento, construída a partir da relação nome/categoria de objeto, sendo modelada pelas propriedades semânticas e sintáticas dos adjetivos na língua em aquisição.

Com base nas evidências experimentais relatadas, temos que, de um lado, a marca morfofonológica característica de adjetivo (*-ish*, em inglês) parece facilitar a identificação de elementos dessa categoria (cf. resultados de Waxman & Booth, 2001); por outro lado, a presença do nome modificado pelo adjetivo parece ser requerida quando este não apresenta marca morfofonológica (cf. resultados de Mintz & Gleitman, 2002), indicando sensibilidade da criança a informação de natureza distribucional; portanto, à ordem dos elementos da língua em aquisição.

Outra fonte de pistas robustas a serem exploradas pela criança diz respeito à distribuição estrutural, i.e., à posição constante de determinados itens na estrutura de sintagmas e orações. Itens funcionais tendem a aparecer na fronteira de um sintagma, ao passo que itens lexicais costumam aparecer na fronteira oposta, revelando uma distribuição complementar.

Thorpe & Fernald (2006) realizaram três experimentos em inglês com vistas a investigar como crianças de 24 meses solucionam temporariamente ambigüidade na fala fluente à sua volta, quando encontram adjetivos pronominais potencialmente interpretáveis como nomes. As crianças foram testadas por meio da técnica de Fixação Preferencial do Olhar (looking-while-listening procedure), a fim de medir o quanto elas compreendiam do que lhes era falado, monitorando-se o tempo gasto no processamento de informação proveniente do fluxo da fala. A questão central formulada pelas pesquisadoras era a seguinte: considerando que essas crianças sejam capazes de adiar sua resposta a palavras conhecidas (como *doll* e *dog*), inicialmente sobrepostas foneticamente, aguardando até o momento em que a ambigüidade se resolva antes de dirigirem o olhar ao objeto-alvo apropriado, seriam elas capazes de adiar prematuramente sua resposta a outros

tipos de ambigüidade no fluxo da fala? (palavras não-conhecidas potencialmente coincidentes em termos de categorização com as conhecidas por sua distribuição: “*Where’s the zavvy...*”).

De acordo com as autoras, se uma criança inicialmente interpreta equivocadamente adjetivos pronominais como potenciais nomes de objetos, ao ouvir “*Where’s the zavvy...*”, enquanto olha a imagem de um carro, por ex., palavra conhecida para ela, haverá o desvio do olhar à procura de outro referente. No entanto, se a sentença continua e *zavvy* é seguida por *car*, a criança deverá “refazer-se do falso alarme” para responder corretamente ao nome-alvo, tão logo ela o identifique no fluxo da fala. Assim, se as crianças não forem capazes de retardar o reconhecimento de um adjetivo pronominal e, em vez disso, interpretarem-no erroneamente como um nome de objeto, as autoras esperam respostas mais lentas e menos precisas com relação à palavra-alvo que seguir a palavra ambígua (no caso, o adjetivo não-conhecido).

No referido estudo, Thorpe e Fernald destacam que, em inglês, a pista sintática mais confiável de que uma palavra é um adjetivo está em sua ocorrência em posição pronominal (1c). Um outro marcador quanto à posição dos adjetivos se refere ao fato de eles poderem seguir advérbios (*very, too, quite*), como em 1d.

(1)

- a. That’s blane.
- b. That woman is blane.
- c. That’s a blane woman.
- d. That’s very blane.⁵⁵

Dada a sentença “*That’s a snod stone*”, apesar de a posição pronominal se constituir, em inglês, como uma pista altamente confiável na delimitação da classe dos adjetivos, ela apresenta problemas potenciais ao ouvinte que interpreta a corrente sonora da fala momento a momento, porque, considerando o fato de que a um determinante (D) segue preferencialmente um nome, a melhor “aposta” para

⁵⁵ Os exemplos foram retirados de Thorpe & Fernald (2006: 391-2).

o falante que se baseia somente em pistas distribucionais é a de que qualquer palavra desconhecida seguindo um D será antes um nome do que um adjetivo. Em momentos de ambigüidade, a alternativa para garantir um processamento eficiente da informação proveniente da cadeia da fala seria atrasar o processamento, aguardando o que viria após *snod*, para descobrir a que categoria essa palavra pertence. Se as crianças, ao ouvirem um adjetivo não-conhecido em posição prenominal (foneticamente semelhante ao nome que o segue na sentença) identificarem-no equivocadamente como uma palavra que designa uma categoria (nome), elas precisarão, em seguida, rever sua interpretação, associando-o a uma propriedade.

Ainda nesse estudo, Thorpe e Fernald afirmam que, além das pistas morfológicas e distribucionais, pistas prosódicas podem também prover informação potencialmente útil ao falante na identificação de palavras novas, como adjetivos, no continuum sonoro. Em inglês, quando o nome (núcleo do sintagma) recebe um acento, o adjetivo precedente é geralmente não-acentuado. Mesmo antes de o falante ouvir a palavra conhecida final (*stone*), a prosódia pode ser suficiente para indicar que a palavra não-acentuada desconhecida (*snod*) não é o último constituinte do sintagma.

As referidas autoras realizaram um primeiro experimento, em que adjetivos conhecidos e não-conhecidos precedendo nomes-alvo conhecidos foram apresentados de forma acentuada (ênfaticada) e não-acentuada. O reconhecimento da palavra-alvo sofreu interrupção apenas quando os adjetivos lexicalmente ambíguos eram acentuados como os nomes. O Experimento 2 mediu o grau (alcance) da interferência experimentada pelas crianças ao interpretarem palavras prenominais como nomes. No Experimento 3, adultos usaram pistas prosódicas para identificar a classe dos adjetivos/nomes homófonos em sentenças ordenadas de forma idêntica, antes de as palavras ambíguas serem totalmente pronunciadas. Os resultados sugerem que crianças e adultos se utilizam da prosódia aliada a pistas lexicais e distribucionais, ao identificarem palavras prenominais novas como sendo adjetivos, evitando interpretações que demandem custo computacional. Segundo as pesquisadoras, não há padrões prosódicos que sejam especificamente associados a adjetivos em oposição a nomes em inglês, mas

quando um adjetivo precede um nome (e não é dada ênfase contrastiva alguma), o adjetivo é normalmente não-acentuado em relação ao nome que o segue (i.e. com menor duração da vogal, intensidade mais baixa e gradual declínio da frequência⁵⁶).

Focalizando o português, tem-se que determinantes (artigos e pronomes) costumam ocorrer na fronteira esquerda, seguidos de nomes e verbos (por ex., o gato, isso dói, etc.). Evidências experimentais encontradas em Name (2002) sugerem que crianças com aproximadamente dois anos de idade, adquirindo o PB, são capazes de atribuir gênero a nomes novos com o traço [-animado] a partir de informação expressa pela categoria funcional Determinante (D) (cf. hipótese formulada em Corrêa, 2001). Os dados do português revelam sensibilidade, por parte das crianças, à incongruência de gênero entre determinante e nome com gênero intrínseco (como bola, peixe, árvore, etc.). Esses resultados sugerem que a criança usa informação relativa à classe do nome (gênero), obtida mediante distinção morfofonológica no âmbito da classe de determinantes, e que opera concordância no DP de modo a ser capaz de identificar o gênero do nome (cf. Corrêa, 2001; Name, 2002; Corrêa & Name, 2003).

Pesquisas sobre o número gramatical na aquisição do português brasileiro apontam para direção semelhante. Resultados de um experimento realizado com crianças de 20 a 28 meses, em que são solicitadas a identificar figuras inventadas a partir de DPs com pseudonomes, sugerem que crianças dessa faixa etária são sensíveis à informação relativa a número gramatical, levando em conta a estrutura do DP. O número de escolhas corretas é maior nas condições em que determinante e nome são flexionados em número (dialeto padrão, como em “*os dabos*”) e apenas o determinante é flexionado (dialeto não-padrão, como em “*os dabo*”), do que nas condições com apenas o determinante no singular e naquelas em que somente o nome apresenta um fonema que pode ser identificado como afixo de número (ex. “*o dabos*” e “*o dasbo*”). Essa distinção e o fato de não haver diferença significativa entre o número de escolhas com estímulo no dialeto padrão

⁵⁶ O acento prosódico é expresso por meio de uma combinação de traços acústicos que incluem: alongamento da vogal, uma ascensão na frequência do som, seguida de uma diminuição dessa frequência e um aumento da amplitude da onda sonora (cf. Thorpe & Fernald, 2006).

e no não-padrão permitem pressupor processamento de concordância no âmbito do DP a partir da flexão do determinante e sensibilidade a propriedades formais específicas ao número gramatical na língua (cf. Ferrai Neto, 2008; Corrêa, Augusto & Ferrari Neto, 2006; Corrêa, no prelo). Desse modo, informação relativa a afixos flexionais também é relevante para o estabelecimento de relações de concordância entre os diferentes constituintes da sentença.

No que se refere à identificação de nomes e adjetivos no processo de aquisição do português, os estudos são ainda incipientes. Evidências experimentais de um estudo inicial realizado por Name (2005) e, na seqüência, por Almeida (2007) com crianças brasileiras em torno dos três anos de idade apontam para o uso de informação referente à ordem estrutural de constituintes como forma de identificação de nomes e adjetivos desconhecidos. Em Almeida (2007), as crianças, divididas em dois grupos em função da faixa etária (Grupo A - crianças abaixo de 3 anos; Grupo B - crianças acima de 3 anos) participaram de uma tarefa de seleção de imagens de objetos inventados, com propriedades desconhecidas (formas inventadas, por ex.). A apresentação das imagens foi feita por meio de pseudopalavras (“Olha quantos *mabos bipsos!*”), de modo a nomear a categoria (pseudonome) e uma propriedade da categoria (pseudo-adjetivo). De acordo com os resultados, as crianças abaixo de 3 anos (Grupo A) identificaram a primeira pseudopalavra do DP como *categoria*, e a segunda, como *propriedade*, sugerindo que a posição estrutural canônica do português referente a nomes e adjetivos (Determinante + Nome + Adjetivo) parece guiar o mapeamento das pseudopalavras a essas categorias lexicais. Por outro lado, os resultados referentes ao Grupo B sinalizam que crianças acima de 3 anos mapeiam, com frequência maior do que as mais novas, a primeira pseudopalavra como *propriedade*, e a segunda, como *categoria*, revelando que a identificação de elementos em ordem não-característica do português (Determinante + Adjetivo + Nome) toma a ordenação canônica como referência para a anteposição do adjetivo em relação ao nome.

Outro estudo a esse respeito foi realizado por Matsuoka (2007), cujos resultados apontam para o papel de pistas prosódicas como facilitadoras do processo de identificação de nomes e adjetivos no PB. Em sua pesquisa, propõe-se

uma análise prosódica da fala dirigida a crianças brasileiras, a fim de caracterizar o DP quanto à posição do adjetivo: marcada (Det + Adj + N) e não-marcada (Det + N + Adj). Foram feitas gravações de histórias infantis, lidas por adultos que mantêm contato direto com crianças, explorando ambas as posições. Os resultados indicam que, quando o adjetivo se encontra em posposição, as sílabas pretônica, tônica e postônica duram mais que as respectivas sílabas do nome, e que há um alongamento das sílabas do segundo elemento com relação ao primeiro, seja ele nome ou adjetivo, de modo que o segundo elemento do DP tem uma maior duração. Os resultados sugerem ainda que, embora os maiores valores de duração estejam no segundo elemento, o adjetivo “carrega” consigo o seu efeito de alongamento na posição em que estiver dentro do DP, diminuindo-se a diferença quando em anteposição e realçando-se a diferença em posposição.

Ainda sobre a aquisição de adjetivos, Faria (2008) desenvolveu um estudo com crianças brasileiras de 24-36 meses, em que se investigou: (i) o papel da nomeação de uma entidade (objeto), já conhecida pela criança, para a identificação de uma nova palavra como adjetivo; (ii) o papel da marca morfofonológica de afixos derivacionais, formadores de adjetivos, na delimitação dessa categoria lexical, quando associada a nomes *vagos* (como em “*coisa tapoja*” ou “*negócio bivado*”). Os resultados obtidos ao final da referida pesquisa se mostraram compatíveis com os de Mintz & Gleitman (2002), trabalho já citado no início deste capítulo. Verificou-se que o afixo derivacional, bem como a nomeação de objetos são pistas robustas usadas pelas crianças para mapear pseudo-adjetivos a propriedades.

As evidências experimentais dos estudos acima relatados sugerem que, mais do que sensível, a criança em torno dos dois primeiros anos de vida é capaz de usar informação relativa a afixos (flexionais e derivacionais) no estabelecimento da concordância e na delimitação de categorias lexicais. O conjunto de evidências experimentais dos trabalhos apresentados aponta para uma importância particular do determinante e de marcas morfofonológicas (afixos flexionais e derivacionais) como forma de guiar a identificação de elementos de classes abertas (como nomes e adjetivos) na língua em aquisição pela criança. Viu-se também que parâmetros

relativos à ordenação canônica podem ser fixados em função de padrões rítmicos, informação que a criança leva em conta na delimitação das referidas categorias lexicais.

Cumpramos ressaltar que, nos estudos realizados até o momento sobre aquisição de adjetivos, a questão de como a criança interpreta semanticamente um sufixo formador de adjetivo não se coloca. Conforme apresentado no capítulo anterior (3.4), em português, afixos como *-oso*, *-ento*, *-ano*, por exemplo, possuem conteúdo semântico, veiculando as noções de “provido de”, “pejoratividade” e “origem”, respectivamente (como em *rochoso*, *sebento*, *baiano*).

No capítulo a seguir, investigam-se essas questões por meio da realização de quatro experimentos (com destaque para os sufixos *-oso* e *-ento*). Para uma melhor compreensão a respeito da condução das tarefas experimentais, apresenta-se, inicialmente, a metodologia adotada no desenvolvimento desses experimentos.